

Mudança de mentalidade na educação

Vão ser discutidas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, na semana que se inicia, propostas tão ou mais decisivas para o futuro do País quanto as relativas à reforma administrativa. Trata-se dos projetos de emenda à Constituição enfeixados no Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 15 de outubro, Dia do Professor. Espera-se que as medidas possam ser aprovadas até o fim do primeiro semestre de 1996, pelo menos, para possibilitar uma reformulação orçamentária capaz de firmar efetivamente a prioridade do ensino básico no País.

Chega a ser um truísmo afirmar que o País não poderá desenvolver-se e manter-se internacionalmente competitivo se não conseguir, nos próximos anos, elevar o nível básico da educação no País, proporcionando oito anos de escola à sua população jovem. Também é pacificamente aceito que o sistema educacional no Brasil tende a perpetuar as injustiças sociais, uma vez que são os mais privilegiados que têm acesso ao ensino superior gratuito, em vista da deterioração do ensino público, primário e médio, no País.

Se essas constatações não constituem novidade, o fato é que praticamente nada se fez até agora para mudar o sistema, a partir de medidas destinadas a fazer com que os recursos cheguem efetivamente ao ensino básico. Destinar 25% da arrecadação dos estados e municípios, como é preceito constitucional, não garante que a educação primária seja atendida como deve, como é sabido.

É exatamente esse ponto que as propostas do governo atacam. As transferências deixam de ser automáticas, passando a obedecer critérios que favorecem aqueles municípios que realmente aplicam em ensino básico o que recebem e estimular outros a fazer o mesmo. Prevê-se também a criação de um fundo, a ser gerido por uma comissão, ao qual seriam recolhidas 15% das verbas destinadas à educação em todos os níveis de governo, recursos que seriam repassados aos estados e municípios na proporção do número de alunos de 1º grau.

Se essas proposições não são mais que sensatas, elas estão destinadas a encontrar forte resistência. Como há centenas de municípios que não aplicam um centavo sequer diretamente no ensino, área considerada atribuição dos governos estaduais, o dinheiro que chega é gasto em qualquer coisa que se assemelhe ou possa estar ligada à educação. Isto é, praticamente tudo, desde a pavimentação de ruas à construção de estádios de futebol, como assinalou o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza. Muitos prefeitos alegam que o dinheiro não é "carimbado" e que as aplicações diversas que fazem beneficiam a comunidade, o que pode ser até verdadeiro, mas isso atua em detrimento da elevação do nível de escolaridade, um objetivo geral do País, válido para todas as regiões e para todas as classes sociais.

Essa amplitude deve ser ressaltada, pois não há alternativa, a não ser a fragmentação cada vez maior da sociedade, o que ninguém, em sã juízo, deseja. Os municípios mais ricos e que, alega-

damente, têm as suas necessidades de educação básica satisfeitas devem reconhecer que não têm direito e que devem abrir mão de transferências que poderiam ser de muito maior proveito em municípios de regiões menos desenvolvidas. Duvidam disso as pessoas instruídas?

Essa é, pois, uma forma – e das mais eficazes – para se procurar diminuir as disparidades regionais e sociais, o que vem fortalecer a expectativa de que a franca predominância no Congresso Nacional de representantes das regiões mais pobres favoreça a acolhida das propostas do governo. O Programa visa também explicitamente à valorização do servidor público que trabalha em áreas essenciais. Há quem critique o governo por ter estabelecido o valor de R\$ 300 para o custo médio anual por aluno, o que seria um valor baixo ou pouco ambicioso. Não é bem assim, pois o que se pretende é que esse valor, progressivamente, cresça em termos reais. Mas quem, afinal, seria contrário ao projeto de elevar o piso mínimo de remuneração dos professores da rede primária para R\$ 300 por mês em todo o País?

Para alguns estados, isso não seria importante, mas para outros pode ser um problema. Tanto assim que a União se dispõe a entrar com R\$ 100 para complementar esse salário, estabelecendo um tipo de cooperação para o qual, infelizmente, há pouquíssimos precedentes em nosso meio.

O Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, talvez como nenhum outro, impõe mudança de mentalidade.